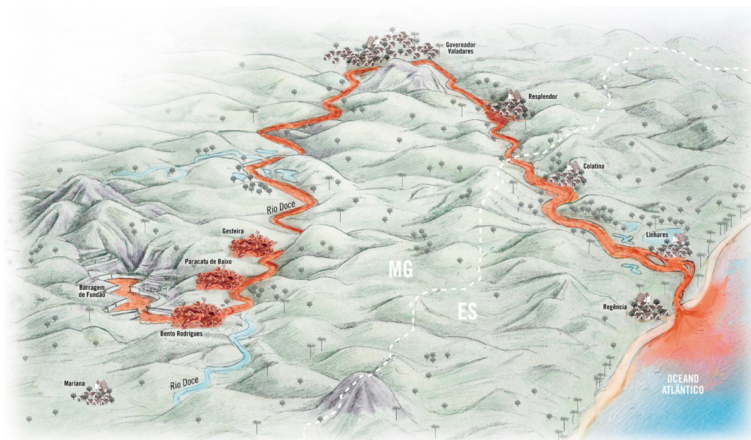




EDIÇÃO 118 | JULHO DE 2016 – anais da catástrofe

A ONDA

Uma reconstituição da tragédia de Mariana, o maior desastre ambiental do país

CONSUELO DIEGUEZ

A HISTÓRIA DAS PESSOAS

No dia 5 de novembro de 2015, uma gigantesca barragem de rejeito de minério de ferro, conhecida como Fundão, pertencente à empresa Samarco, controlada por duas das maiores mineradoras do mundo – a brasileira Vale e a anglo-australiana BHP Billiton – rompeu inteira sobre o pequeno povoado de Bento Rodrigues, distrito de Mariana, Minas Gerais.

Quando a barragem se desmanchou, às 15h30, vazando uma mistura de lama e metais em volumes aterrorizantes, Paula Geralda Alves preparava mudas de reflorestamento para a Samarco, em uma fazenda vizinha ao povoado; Eliene dos Santos, diretora da escola de Bento Rodrigues, acabara de fechar a porta de vidro do prédio, após entregar documentos de alunos a um portador; Reinaldo Caetano olhava satisfeito a caixa d'água da casa da mãe que ele acabara de encher com água trazida do córrego. A cerca de 350 quilômetros dali, em Governador Valadares, o empresário Sandro Heringer, dono de uma revenda de caminhões, falava ao telefone com um cliente. Um pouco adiante, em direção ao mar, nas franjas da cidade de Resplendor, Dejanira Krenak pitava seu cachimbo, na prainha de rio da aldeia dos índios krenaks. Seguindo a jusante, em Colatina, já no Espírito Santo, o fotógrafo Edson Negrelli tirava fotos em seu estúdio. Na vila capixaba de Regência, o líder comunitário Carlos Sangália caminhava pela areia branca banhada pelo mar azul, observando os ninhos das tartarugas marinhas que desovavam na praia, uma área de proteção ambiental.

Nenhum deles podia imaginar que, naquele exato instante, o mundo que lhes era tão familiar estava prestes a desaparecer. O rompimento da barragem da Samarco se converteu na maior tragédia ambiental brasileira e no mais grave acidente – e único dessa natureza – da história da mineração mundial. Dezenove pessoas morreram só na primeira meia hora. Mas, nos dias que se seguiram, a vida de outras centenas de milhares que vivem ao longo dos 650 quilômetros percorridos pela lama, seria afetada para sempre. Essas sete são só algumas delas.[1]

Paula Geralda Alves acordou às seis e meia da manhã e preparou o café que levaria para os colegas de trabalho – ao todo nove pessoas lotadas na Brandt Meio Ambiente, terceirizada da Samarco que desenvolvia mudas de reflorestamento – e seguiu para lá em sua pequena moto. O céu naquela manhã era de um azul transparente como há muito ela não via. Alves, de 36 anos, vivia em Bento Rodrigues desde que nascera. Não mais que 600 almas moravam ali e, portanto, era natural que todos se conhecessem.

O povoado do século XVII era um dos mais antigos do estado – seu nome homenageava o bandeirante que adentrou aquelas terras – e abrigava uma das primeiras igrejas de Minas Gerais, a de São Bento. O Bento, como era chamado, era uma vila bucólica, cercada por dois riachos cujas pequenas pontes levavam ou à vizinha Santa Rita Durão ou à estrada para Mariana. Tinha ruas asfaltadas e casas bem construídas. Boa parte de seus habitantes trabalhava na Samarco ou nas empresas que lhe prestavam serviço. Quem não fazia isso cuidava da roça. Para o pessoal do Bento, Mariana, a quarenta minutos dali, era cidade grande, e a maioria ia até lá apenas para resolver burocracias.

No galpão da Brandt, junto com os colegas Alves repassou as normas de segurança de trabalho, procedimento diário exigido pela mineradora em todas as suas unidades, inclusive nas terceirizadas, e se pôs a preparar as mudas para plantio nas áreas degradadas pela extração mineral. Por volta das 15h30, o rádio de uma das camionetes da Samarco começou a enviar um chamado urgente pela faixa 4, própria para alertas máximos de segurança da empresa. Preocupado, o grupo se aproximou do veículo e ouviu o inimaginável: a barragem de Fundão rompera, avisava uma

voz assustada e confusa. Passado o instante de perplexidade, Alves anunciou: “Não sei vocês, mas eu vou avisar o meu povo”, e montou em sua moto. Enquanto seguia na velocidade que lhe era possível, podia ouvir os gritos dos camaradas pedindo que voltasse, pois não daria tempo de chegar à vila. O mar de lama já despontava no alto da montanha, a 2,5 quilômetros do povoado, a uma velocidade de 15 quilômetros por hora. Enquanto subiam o morro em disparada para se proteger da enxurrada, eles viram Alves entrar no povoado. Levaria pouco mais que dez minutos para que a ponte que ela cruzara fosse arrastada pela avalanche. Com a mão enterrada na buzina, Alves percorreu algumas ruas, aos gritos: “Foge todo mundo, a barragem rompeu!” Ao deixarem suas casas e olharem para as montanhas, os moradores avistaram uma descomunal onda de poeira e lama se deslocando celeremente em direção à vila, produzindo um som de imensas cataratas. Aquela hora da tarde, cerca de 300 pessoas estavam no povoado. Começou então uma alucinada corrida para as partes mais altas do lugar. Cada um se virava como podia, e todos tratavam de ajudar uns aos outros. Alguns velhos, crianças e pessoas com dificuldade de locomoção que estavam na parte mais próxima ao rio foram postos na carroceria de um caminhão que naquele dia fazia trabalhos de limpeza. Os carros também saíram lotados, resgatando quem encontravam pelo caminho. Quem não conseguia condução tentava escapar a pé. Ao ver a lama cada vez mais perto, uma jovem, esgotada, se ajoelhou no asfalto. Mais tarde ela contaria ter pensado que, se a morte era inevitável, o esforço de correr não fazia mais sentido. Viu passar um grupo de pessoas mais velhas em direção ao alto. Foi o que a fez reagir. Se havia alguma chance, ela também se agarraria a ela.

Eliene dos Santos chegara cedo ao prédio baixo e bem cuidado da escola da qual era diretora. Na parte da manhã, nas salas espaçosas, com amplas janelas, estudavam as crianças do ensino básico. À tarde era o turno das turmas de 5ª a 8ª séries. Como morava na parte mais baixa de Bento, no intervalo do almoço a diretora costumava comer na escola e depois saía para amamentar o filho, que ficava com a sogra. Naquele dia, como havia tido uma manhã movimentada, ela só pôde encontrar o bebê depois das duas e meia da tarde. Por volta das três, voltou para o colégio, reuniu documentos do programa de saúde dos alunos e os levou até o ponto de ônibus. Uma prima sua esperava condução para Santa Rita Durão e ela lhe pediu que entregasse a papelada à cobradora, que por sua vez a encaminharia a um encarregado que a levaria ao dentista. Santos retornou ao prédio, trancou a porta de vidro e seguiu em direção a sua sala. Mal dera alguns passos quando ouviu seu nome. Seu marido a chamava, assustado. Ao vê-lo, percebeu que algo de muito grave acontecera. Wiley dos Santos, conhecido como Lelei, estava pálido, o pavor estampado no rosto. O coração dela acelerou. Achou que ocorrera alguma coisa com o filho deles e correu em direção à porta. Então o marido lhe disse para tirar todo mundo de lá porque a barragem havia rompido e estava descendo em direção ao povoado. Aos gritos, ela pediu a uma professora que a ajudasse a avisar os alunos. A colega correu para as salas da 6ª e 7ª séries. Santos foi avisar os da 5ª e da 8ª. “Todo mundo para fora, todo mundo para o alto de Bento. A barragem rompeu”, ela berrava. E se postou na porta até que todos saíssem.

Só então ela correu. Já se preparava para embarcar no carro do marido quando se deu conta de que na última sala do prédio havia uma pequena turma de reforço que não fora alertada. Voltou agoniada, quase sem ar, abriu a porta da sala e, com a voz trêmula, mandou que todos saíssem. Então, deu-se o inesperado. As crianças, apavoradas, ficaram paralisadas e não se mexeram. Santos tentou falar novamente, mas, com a boca seca, sua voz não saiu. Num esforço desesperado ela soltou um grito que tirou os alunos do torpor em que se encontravam: “É para sair agora senão nós vamos morrer!” As crianças correram. As sessenta pessoas que estavam na escola evacuaram o local em cinco minutos. Como a Samarco não havia treinado os moradores para situações de emergência, a retirada foi feita na base do improvisado. Ao voltar para o carro, Santos avistou o ônibus que seguia para Santa Rita e que levaria os documentos da escola. As crianças lotaram o veículo, que acelerou.

Dali onde estava, a diretora pôde ver a avalanche ocupando as margens do riacho de Santarém. Naquele instante, ela teve a sensação de que centenas de helicópteros sobrevoavam o lugar, tamanho o ruído. Com a lama, chegou um fedor de lixo apodrecido. No carro, trêmula, ela perguntou pelo filho. O marido lhe disse que falara com a mãe ao celular e ela o avisara que estava fugindo com a criança. A mulher não acreditou, queria ir à casa da sogra se certificar. Quando o carro alcançou a parte mais alta de Bento, o marido pediu que ela descesse e prometeu que iria verificar se a mãe e o menino haviam saído em segurança. Ela obedeceu. Acompanhou com os olhos o carro se afastando e viu o marido cruzar a ponte para ir à casa da mãe. A vaga lamacenta começou a engolir parte da vila. A diretora sentou e chorou. Seu marido agora estava ilhado, quem sabe com seu bebê.



Naquele manhã, o agricultor Reinaldo Caetano havia decidido: iria encher a caixa d'água da mãe para que ela não precisasse transportar água da bica. No terreno próximo ao rio, havia outras casas: a dele, onde vivia com a mulher e o filho; a do pai, de 80 anos, há muito separado da mãe; e da irmã. Ao lado, viviam outras pessoas da família, entre elas, um tio. Caetano aproveitou a ausência da mãe para lhe fazer a surpresa: quando voltasse, encontraria a caixa cheia.

Caetano andava contente consigo mesmo. Acabara de comprar um colchão e uma cama box com o dinheiro que vinha economizando para um tratamento dentário (queria repor alguns dentes). Considerou, contudo, que a cama deixaria a mulher feliz e, portanto, deu prioridade à aquisição. Ele conhecera Jéssica em Mariana e a trouxera para Bento, onde ela se livrara do crack e passara a cultivar uma rotina doméstica. Tiveram um filho, lago, agora com 6 anos. Passava das três e meia da tarde quando o agricultor deu a tarefa por encerrada. Tirou o boné, limpou o suor do rosto e olhou para a caixa d'água. No instante seguinte, avistou "um poeirão" despontando no alto das montanhas. Logo, alguém vindo do final da rua berrava para que fugissem: a barragem rompera. Caetano disse à mulher para entrar em casa e foi buscar o pai.

Jéssica, ao ver a onda de lama descendo para o vale, pegou o filho e gritou para que fossem em direção ao alto. "Se ficarmos aqui vamos morrer", berrou. Caetano lhe disse para correr e, enquanto arrastava o pai pelo braço, lembrou-se do tio que estava sozinho na casa ao lado. Voltou para buscá-lo, mas o homem se recusou a sair – não abandonaria sua casa. Em desespero, Caetano iniciou a subida até a parte mais alta de Bento, para onde outros moradores também se dirigiam apavorados.

Um pouco antes das quatro da tarde, Bento Rodrigues deixou de existir. A gigantesca onda de lama invadiu a vila, engolfando casas, estourando vidros, arrastando móveis, roupas, brinquedos, panelas e todas as histórias de vida. Muitos animais que estavam presos no momento em que a onda chegou também foram levados. Cachorros, gatos, cavalos, galinhas, porcos, passarinhos engaiolados não tiveram chance. Rolaram com telhados, janelas, o altar da igreja de mais de 300 anos, árvores e automóveis.

Os moradores assistiram ao mar vermelho passar por telhados e cobrir rapidamente toda a vila. Como ficaram ilhados em pontos diferentes, ninguém sabia quem havia sobrevivido. Mães gritavam pelos filhos, filhos gritavam pelas mães. Adultos e crianças choravam. Alguns moradores formaram uma corrente humana e resgataram vizinhos que iam sendo arrastados pelo entulho líquido. Wesley Pinto Izabel era um deles. Ao ser retirado da lama, ele pedia que salvassem o filho, de 2 anos, que começava a afundar. Um rapaz se atirou na enxurrada e puxou a criança. A filha de Wesley Izabel, Emanuelly Fernandes, de 5 anos, se perdeu e foi levada pela onda.

Quando a barragem rompeu, ele estava em casa com as duas crianças. Num primeiro momento, achou mais seguro não sair dali. Ao perceber a força da enxurrada, porém, viu que não teriam chance. Quando decidiu fugir, agarrado aos dois filhos, a lama já estava a seus pés. Enquanto corria, um galho trazido pela torrente atravessou seu caminho e quebrou-lhe o tornozelo. A menina que segurava lhe escapou e desapareceu. Ele e o garoto boiaram. Eliene dos Santos, a diretora da escola que ainda estava sem notícias do marido e do filho, viu quando Wesley Izabel e o menino foram retirados da lama, nus, muito machucados e quase sem respirar. A lama que engoliram – mistura de terra, metais e amido – endurecera dentro deles e lhes queimava as entranhas. Izabel chorava pela filha, enquanto pedia água para o menino.

Perto dali, em outra área da vila, também no alto, Paula Alves, a jovem da motocicleta, se abrigara com a mãe, o filho e a irmã, além de outros moradores, ao lado da Igreja Nossa Senhora das Mercês, uma construção histórica. De onde estavam, acompanharam a onda engolfar o povoado e continuar seu curso em direção ao rio Gualaxo do Norte, onde o Santarém deságua. Então, algo pavoroso aconteceu. Ao encontrar o estreitamento na curva do rio, a lama, sem ter como escoar, entalou, fez um rodamoinho e retornou ao povoado imensa e violenta, esmagando as casas que ainda não haviam sido atingidas e subindo em direção às partes mais altas, onde os moradores haviam se refugiado. Quando a onda voltou, eles se viram encurralados entre o mar de lama e o morro. Não havia para onde correr. Abraçaram-se e choraram, numa despedida.

Inesperadamente, porém, a lama estacionou a poucos metros de onde eles estavam e recuou, como que sugada por um grande ralo. Com a intensa pressão que exercera sobre a estreita passagem em direção ao rio Gualaxo, a enxurrada rompeu a barreira que a estrangulava, rasgou as margens e seguiu em frente. Alves e os outros moradores chamaram aquilo de milagre.

Por volta das cinco da tarde, bombeiros desceram de helicópteros, vindos de Belo Horizonte e Ouro Preto. Homens da Defesa Civil haviam desembarcado de carro pouco antes, mas não tinham o que fazer. A estrada para Bento Rodrigues estava bloqueada, coberta por toneladas de lama. No alto, onde se viram obrigados a parar, vislumbraram, paralisados, a vila completamente encoberta pela lava de minério, como uma Pompeia moderna. Concluíram que todos os moradores estavam mortos. Foi com surpresa que assistiram a um bombeiro, pendurado na corda presa ao helicóptero, descer e retirar uma mulher do meio da lama, ainda com vida. Ela não queria ser salva. Chamava pelo neto, Thiago Damasceno Santos, de 7 anos, que ficara soterrado próximo ao que fora sua casa. Então, gritos de socorro – um coro de quase 300 pessoas – vindos das partes mais altas da vila começaram a ser ouvidos. Os homens da Defesa Civil comemoraram. Não acreditavam que alguém pudesse ter sobrevivido àquele inferno. A questão era como tirá-los de lá.

A noite caía quando os bombeiros e a Defesa Civil conseguiram abrir uma trilha para resgatar os moradores ilhados numa área mais próxima à estrada para Santa Rita Durão. Wesley Izabel e o filho, desfalecidos, foram levados de helicóptero ao hospital. Eliene, a diretora da escola, seguiu com os outros para o vilarejo vizinho. No caminho, avisaram-lhe que seu filho e sua sogra estavam lá, salvos. Os dois estavam no grupo de idosos e crianças recolhidos às pressas no caminhão de limpeza. Lá também estavam os alunos da escola que escaparam no ônibus. Havia muito choro e muito desespero. A jovem Pamela, mulher de Wesley Izabel, estava na escola na hora do rompimento e fugiu com os outros alunos. Em Santa Rita, assistiu à chegada do marido e do filho e soube que a filha Emanuelly sucumbira.

Já era noite quando Wiley dos Santos, marido da diretora da escola, chegou a Santa Rita, bastante machucado.

Conseguira escapar, saltando do carro e correndo em direção à parte mais alta, com a lama em seu encalço. Lá, seguiu por dentro da mata cerrada até o povoado vizinho. Foi ele quem acalmou os moradores com notícias do outro grupo ilhado próximo à Igreja Nossa Senhora das Mercês. Calculando quem estava em Santa Rita e quem ficara na área da igreja, os moradores concluíram, incrédulos, que quase todo mundo se salvara. E foi uma comoção quando souberam das mortes dos cinco vizinhos que horas antes estavam com eles: as duas crianças, Thiago e Emanuelly; o tio do agricultor Reinaldo Caetano, Antônio de Souza, que se recusara a sair de casa; Maria Elisa Lucas, de 60 anos, e Maria das Graças Silva, de 65, que não conseguiram escapar.

A notícia do rompimento da barragem chegou à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) um pouco antes das cinco da tarde. Como o secretário estava acamado, coube ao subsecretário, Geraldo Vitor de Abreu, um militante histórico do PT sem nenhuma formação na área, ir até o local. Foi direto para a sede da Samarco, a 20 quilômetros de Mariana. Quando chegou, deparou-se com uma cena inquietante. Os diretores da companhia estavam em pânico, sem saber como agir. A única providência tomada até aquele momento tinha sido contatar a Defesa Civil para que avisasse os moradores do acidente, como mandava o manual de segurança da mineradora. Medida, àquela altura, inútil. Uma simples sirene teria ajudado a alertar os moradores do perigo, mas não havia nenhuma.

Abreu, um sujeito pequeno, de fala suave e forte sotaque de Minas, pediu calma ao gerente-geral de Projetos Estruturantes da empresa, Germano Lopes, que lhe passava informações desconexas, com a voz trêmula. “Germano, tudo o que não pode acontecer agora são vocês perderem o controle”, pediu Abreu. O que Lopes lhe revelaria a seguir era aterrador. Primeiro, a direção da Samarco não sabia até onde a lama poderia chegar. Segundo, a barragem de rejeito da unidade de Germano, localizada mais acima, mas emendada à de Fundão e duas vezes maior que ela, também corria o risco de romper, já que suas estruturas tinham sido abaladas. O mesmo poderia acontecer com a barragem de água de Santarém, à frente de Fundão, que fora invadida pela lama. Ou seja, sobre Bento Rodrigues pendia uma arma de três canos, com alto poder de destruição. Por último, a empresa não tinha nenhum plano para controlar a situação. Estavam diante de um acidente fenomenal, de consequências imprevisíveis, e ninguém sabia como agir.

Enquanto os executivos da Samarco batiam cabeça, os bombeiros da região se deram conta de que, seguindo pelo riacho de Santarém, a onda de lama alcançaria rapidamente o rio Gualaxo do Norte. Dado o volume colossal de terra, o rio transbordaria e inundaria os povoados vizinhos, como acontecera em Bento.

Um pouco depois das seis, um helicóptero dos bombeiros pousou no campo de futebol do povoado de Paracatu de Baixo, a cerca de 70 quilômetros de Bento, a jusante do rio. Um oficial desembarcou e avisou que os moradores tinham dez minutos para correr para a parte mais alta do lugar. Informou que a barragem da Samarco havia rompido e uma onda de lama vinha em direção ao povoado. O pessoal desconfiou. Quem acreditaria que o rejeito do Fundão chegaria até lá? Josi Lourival dos Santos, de 11 anos, brincava com a irmã gêmea na casa da avó quando ouviu o barulho do helicóptero. Achou que fosse algum festejo e partiu com elas em direção ao campo. Não avançaram muito. No caminho, cruzaram com pessoas apavoradas mandando que voltassem.

Os que não obedeceram escaparam por pouco. Logo ouviram um ruído ensurdecedor e avistaram a onda levando as casas na entrada da vila. Correram então para o alto. Em poucos minutos, sequer a cúpula da igreja centenária podia ser vista. Paracatu estava destruída. Como os bombeiros previram, a lama continuava sua trajetória, rasgando as margens do rio Gualaxo e fazendo estragos em outros seis povoados: Gesteira, Moinhos, Barretos, Barra Longa, Vista Alegre e Corvina. Apesar da inundação, todos os moradores foram salvos.

Máquinas da Samarco trabalharam durante a madrugada para abrir uma passagem por dentro da mata e resgatar quem ficara em Bento. Ao amanhecer, os bombeiros e a Defesa Civil chegaram lá. Os feridos seguiram de helicóptero, os demais caminharam em fila por uma trilha enlameada. Moradores dos outros lugares foram embarcados em ônibus e caminhões.

Barragens de rejeito são estruturas gigantescas, construídas em concavidades naturais no topo das montanhas. Destinam-se a armazenar todo o material descartado na extração de minério de ferro, nas minas próximas a elas. As da Samarco, em Minas Gerais, são de itabirito, um minério muito pobre. Na década de 70, a empresa, então pertencente à S.A. Mineração Trindade (Samitri) e à americana Marcona – cujas iniciais formaram seu nome –, desenvolveu uma técnica para extrair o máximo de ferro existente nesse mineral, por meio de um processo de lavagem. O empreendimento se revelou um sucesso, pois o produto retirado dali é de alta qualidade. O problema dessa técnica é que ela gera enorme quantidade de rejeitos, que precisam ser armazenados em algum lugar.

O rejeito segue para a barragem, onde seca e se transforma em terra dura. Ano a ano, esse resíduo vai sendo empilhado, em degraus, até chegar ao topo da concavidade. Como não há nenhuma parede frontal, a muralha de contenção é o próprio rejeito. Por essa razão, esse material tem que estar bem seco e compactado, sem contato com a água, caso contrário vira lama e desmancha. Seria, mal comparando, colocar pó de café coado em uma xícara partida ao meio. O pó só se mantém firme caso esteja seco e comprimido. Para impedir a saturação da estrutura – seja pela chuva seja pela umidade dentro dela –, a água é permanentemente drenada e desviada para uma barragem de resíduos líquidos. No caso de Fundão, a barragem de Santarém.

Vista de cima, uma barragem de rejeito se assemelha a um deserto. Olhada de baixo, a impressão que provoca não é menos aflitiva. Fundão, por exemplo, com 898 metros acima do nível do mar, era uma colossal montanha construída pelo homem, recheada de rejeito mineral. Sua área de superfície era de 3,4 milhões de metros quadrados, o dobro do Aeroporto de Congonhas, em São Paulo. O volume de rejeitos ali armazenado era espantoso: 55 milhões de metros

cúbicos, o equivalente a quase dez vezes o volume da Lagoa Rodrigo de Freitas, a imensa massa de água na Zona Sul carioca.

Por ser uma estrutura de enorme poder de devastação ambiental, as mineradoras precisam ter estratégias de emergência para a eventualidade de suas barragens romperem, o chamado plano de contingência. A Samarco não tinha nenhum. Logo se descobriria que o plano que a empresa encomendara em 2009 à consultoria RTI, de São Paulo, especializada em controle de risco, fora engavetado para reduzir custos. Segundo informações do diretor da RTI, Randal Fonseca, o plano previa o monitoramento permanente das estruturas, com visitas diárias de especialistas. A estratégia ainda incluía ações como alerta às comunidades próximas, previamente treinadas para agir em caso de rompimento, além de instalação de sirenes. Também fora prevista a construção de diques ao longo do vale, que freariam a lama no caso de ruptura. Como a Samarco nunca acreditou que isso fosse possível, esses cuidados eram considerados desnecessários.

Quando a barragem rompeu, a única informação segura que os executivos da empresa tinham era que, dos 466 trabalhadores que estavam na empresa na hora do acidente, 452 já haviam sido localizados. Catorze estavam desaparecidos, contando os terceirizados.

Um deles era Daniel Altamiro de Carvalho, de 53 anos, operador de máquinas da Integral, prestadora de serviços para a Samarco. Sua filha, Sandra Carvalho, de 22 anos, assistia a uma aula no curso de engenharia na Universidade Federal de Ouro Preto quando a barragem desmoronou. Moradora de Mariana, ela ligou para a mãe para ter notícias do pai. A mãe a tranquilizou, disse que estava tudo bem. Mas na verdade não tinha notícias do marido. Com receio de que a filha se acidentasse na estrada, preferiu poupá-la.

No fim da noite, o subsecretário Geraldo Abreu deixou a sede da Samarco e voltou para Mariana. No caminho, desabou uma chuva. A primeira, em muitos meses. Um agravante para uma situação já absurdamente dramática. Abalado com os gritos das pessoas ilhadas em Bento Rodrigues (que ouvira ao cruzar o local em que estavam os homens da Defesa Civil), e preocupado com um possível rompimento das outras barragens, Abreu passou a noite em claro. Na casa da família Carvalho, tanto Sandra, que voltara para Mariana, como a irmã e a mãe tampouco dormiram. Haviam entrado em contato com a Integral, que repetira não saber do paradeiro do funcionário.

Na manhã do dia 6, dezesseis horas após o rompimento, uma massa de criaturas famintas, feridas e em estado de choque começou a chegar à Arena Mariana. Haviam sido resgatadas em Bento Rodrigues e nos povoados abaixo dele. Desde a véspera, o prefeito Duarte Júnior, do PPS, montara uma operação para receber os desabrigados. Como ninguém apareceu, Júnior temeu que estivessem todos mortos. Quando enfim chegaram, o lugar estava coalhado de colchões, roupas e comida doada pela população. Receberam abraços de amigos e desconhecidos que acorreram ao local. Ao ver Eliene dos Santos, o marido e o bebê, sujos e esgotados, um voluntário levou roupas, fraldas e leite. Ela se emocionou. Paula Geralda Alves, do outro lado do salão, foi saudada como heroína. Não fosse ela ter disparado em sua moto, boa parte daquelas pessoas estaria morta.

Carlos Eduardo Ferreira Pinto, promotor de Justiça do Meio Ambiente do Ministério Público Estadual de Minas Gerais, estava em Brasília na hora do acidente. Chegou à sede da Samarco às seis da manhã do dia seguinte. Encontrou um ambiente de caos. Não havia hierarquia, estrutura de comando ou sala de crise (que só seria criada cinco dias depois). Dezenas de burocratas e técnicos de vários órgãos públicos federais e estaduais circulavam desorientados, cobrando ações dos diretores da empresa. Ricardo Vescovi de Aragão, o presidente da mineradora, que no momento do rompimento estava no escritório em Belo Horizonte participando de uma reunião sobre segurança, se deslocou para Mariana ao saber do acidente. Lá o procurador o encontrou com os olhos arregalados, repetindo a mesma frase: "Isso nunca aconteceu antes, isso nunca aconteceu antes." Diante das evidências de que a Samarco e os órgãos ambientais não tinham ideia de como enfrentar o problema, Ferreira Pinto concluiu que os rejeitos só seriam contidos se topassem com algum bloqueio no caminho.

Muito mais rápido do que se pudesse prever, aconteceu o que todos mais temiam: a onda, que na madrugada entrara no rio do Carmo vinda do Gualaxo do Norte, encontrou o rio Piranga, em Santa Cruz do Escalvado, a 100 quilômetros de Mariana, e na manhã de sexta-feira alcançou o rio Doce. Ali, a lama se espalhou e transbordou. O Doce, com 650 quilômetros de extensão até o mar, entrava no centro da tragédia.

Ao atingir o rio, a lama misturada à água ultrapassara 800 mil NTUs. Sigla em inglês para Unidades Nefelométricas de Turbidez, NTU é a unidade de medida do nível de turbidez. Antes da sua chegada, a turbidez naquela parte do rio era de 2,50 NTUs, ou seja, água quase transparente. Pelos manuais geológicos, o nível máximo tolerável é de 1 500 NTUs, o limite de sujeira que as estações de tratamento de água conseguem limpar para distribuí-la em segurança para a população. Os técnicos da Agência Nacional de Águas, ANA, e da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, CPRM, que seguiam a rota dos rejeitos e fizeram a medição dos resíduos, se apavoraram com o resultado: a lama soterrara o rio.

Por volta das sete da manhã, dezesseis horas após o rompimento de Fundão, a onda encontrou o primeiro obstáculo nos 102 quilômetros que percorrera até ali: o paredão de concreto da barragem da usina hidrelétrica de Candonga. Os técnicos chegaram a acreditar que naquele ponto ela seria contida, mas o volume era tamanho que logo a usina precisou abrir as comportas para escoar parte do resíduo acumulado. Se não o fizesse, havia o risco de a barragem não suportar o peso e também se romper, aumentando a tragédia.

Quando as comportas se abriram, a onda desceu com força de catarata. Um mingau espesso da cor de mertiolate,

impregnado de rejeito de minério, avançou pelo rio Doce, eliminando a vida existente: peixes, algas, micro-organismos, capivaras que passeavam nas margens, além de toda a vegetação ao redor, que desapareceu como se cortada por uma lâmina. Ao contaminar o rio, a lama, numa reação em cadeia, afetou toda a bacia do Doce, uma região de 86 mil quilômetros quadrados, território equivalente ao da Áustria. No total, 228 municípios foram impactados pelo desastre. Naqueles primeiros dias, seis deles seriam dramaticamente atingidos.

A 300 quilômetros dali, em Governador Valadares, o empresário Sandro Heringer acordou com a notícia de que a lama invadira o rio Doce. Conhecedor da região, deduziu que em breve a onda chegaria a sua cidade. Com 300 mil habitantes, Valadares é o maior município banhado pelo rio. A relação dos moradores com suas águas é tão estreita que Valadares é a única cidade brasileira a ter uma medalha olímpica de remo – o que não impede que o rio seja maltratado pelo esgoto sem tratamento, o lixo em suas margens e a pesca predatória. Heringer integrava um grupo de 150 remadores que costumava singrar por suas águas, em seus caiaques. Na ilha dos Araújo, um dos poucos pontos aprazíveis da calorenta Valadares, o rio descia formando pequenas corredeiras, lugar ideal para a prática de canoagem. O empresário passou o dia apreensivo.

Os moradores aguardavam a lama, sem nada poder fazer para impedir o desastre. No domingo, dia 8, três dias após o rompimento, conscientes de que a destruição do rio era inexorável, a turma do remo se juntou para uma melancólica despedida. Em silêncio, em seus caiaques, mais de 100 remadores, Heringer entre eles, entraram no rio, remaram por um longo tempo e atiraram-se em suas águas. Sabiam que seria a última vez, pelos próximos dez anos, no mínimo, que poderiam repetir aquele ritual.

Na vizinha ilha de São Tarcísio, os pescadores também estavam aflitos. Se a lama viesse não haveria mais pesca. A atividade já vinha encolhendo havia tempo, devido a vários problemas que afetavam o rio Doce. Um detalhado levantamento feito pelo Ibio, ONG contratada pelo Comitê de Bacia – entidade que reúne os municípios da região para discutir saídas para a crise hídrica –, revelava que a poluição era o maior dos males enfrentados pelo rio. Das 228 cidades da bacia, totalizando 3,5 milhões de habitantes, apenas vinte tratavam o esgoto. Além disso, a crise era agravada pelo assoreamento das margens e o crescimento desordenado das cidades, bem como o aumento da atividade agrícola, do plantio de pasto em detrimento da mata ciliar, do lixo descartado e do avanço da indústria. Muitos municípios já vinham abastecendo suas estações de água com caminhões-pipa.

O Ibio também alertara que as invasões haviam comprometido áreas de preservação ambiental. Com isso, as nascentes que alimentavam o rio ou estavam secando ou, simplesmente, haviam desaparecido. Em muitas partes ao longo da calha, a água chegara a níveis tão baixos que uma lancha para dois corria o risco de encalhar. Regiões mais ao norte de Minas já estão se desertificando. Se antes da lama o rio Doce estava enfermo, após a catástrofe a situação atingiu níveis alarmantes.

Na Prefeitura de Governador Valadares, a maior preocupação era com o abastecimento. Como 100% da água da cidade é coletada no rio Doce, haveria corte do fornecimento quando a lama chegasse por lá. E não existia um plano para enfrentar o problema. Os técnicos do Serviço de Abastecimento de Água e Esgoto, SAAE, calculavam de quanto tempo ainda dispunham para manter o sistema de captação em funcionamento. A aproximação da lama era monitorada minuto a minuto.

Há 31 anos servindo no SAAE, o químico Reinaldo Pacini, um homem de expressão triste e aflita, estava no auge do estresse. Como o diretor-geral da autarquia, Omir Quintino Soares, e seu adjunto, Vilmar Dias Júnior, ocupavam os cargos não por conhecimento técnico, mas por acertos políticos com a prefeitura do PT, o químico sabia que lidaria sozinho com a crise. Os técnicos da ANA o pressionavam para desligar as máquinas logo, Pacini bateu o pé: só interromperia a captação quando a lama estivesse a poucos quilômetros da estação. Precisava estar com os reservatórios cheios no momento de cortar o abastecimento. “Conheço o sistema e sei a hora de desligar.”

Às quatro da manhã de segunda-feira, dia 9, quase noventa horas após o transbordamento de Fundão, a 1,8 quilômetro por hora a lama avançou até a Usina Hidrelétrica Baguari – pouco acima de Valadares e a 289 quilômetros de Bento Rodrigues. O nível de turbidez da água era de mais de 400 mil NTUs. Com a paralisação da usina de Candonga, o Operador Nacional do Sistema Elétrico entrou em alerta. Temia-se que o fornecimento de luz para a região Sudeste ficasse comprometido caso mais uma usina parasse. O empresário José Francisco Silva de Abreu, presidente da Associação dos Pescadores e Amigos do Rio Doce, rumou para Baguari junto com técnicos da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais. Desesperou-se com o que viu: milhares de peixes agonizavam. Ao voltar para Valadares, seu choque foi maior: os ribeirinhos encurralavam os peixes que escapavam pelos córregos tentando se livrar da lama. A quantidade era tamanha que eles os pescavam com baldes.



As cinco da tarde do dia 9, quatro dias após o acidente de Fundão, a lama entrou em Valadares, a uma velocidade de 0,4 quilômetro por hora. Pela manhã, o técnico Pacini fechara a captação da água para evitar a contaminação do sistema. Quando a lama se aproximou da cidade, milhares de pessoas já se aglomeravam em pontos estratégicos, inclusive no alto das pontes, para assistir ao espetáculo macabro. Heringer viu tudo da ilha dos Araújos, onde mora. A onda desceu pelo rio caudaloso, tingindo-o imediatamente de vermelho, e logo os peixes começaram a subir até a lâmina d'água em busca de oxigênio. Em pouco tempo estavam todos mortos, boiando, envoltos em terra. A turbidez do rio, que antes da chegada do rejeito era de 2,62 NTUs, ultrapassou 120 mil. Toda a vida do rio Doce em Valadares foi dizimada por sufocamento. Não demorou muito e o odor de peixe podre infestava tudo.

Na manhã de terça-feira, dia 10, cinco dias após o desastre, a água em Valadares começou a escassear. No dia 11, com os reservatórios vazios, a cidade entrou em colapso. Os caminhões-pipa contratados pela prefeitura não davam conta de atender a todas as comunidades. A prefeitura exigiu da Samarco a doação de água mineral, o que só foi feito após ordem judicial, já que a empresa afirmava não ter logística para fazer a distribuição. Governador Valadares se transformou numa praça de guerra, com saques a lojas e supermercados, tiroteios e ataques aos caminhões-pipa. O Exército precisou ser acionado. Moradores armados obrigavam os motoristas a desviar os caminhões-pipa para bairros não assistidos. Pessoas com dificuldades de locomoção ficaram presas em casa, com as torneiras secas.

Para acompanhar a crise, o comando do Comitê de Bacia do Rio Doce rumou para a cidade. O comitê é presidido por Leonardo Deptulski, do PT, prefeito de Colatina, uma das maiores cidades do Espírito Santo, a 225 quilômetros de Valadares seguindo o rio, responsável pela captação de água no município. Além do prefeito, seguiram para Valadares especialistas da comunidade científica capixaba, entre os quais Abrahão Elesbon e mais dois pesquisadores do Instituto Federal do Espírito Santo, IFES, em Colatina.

O grupo chegou à cidade mineira na manhã de quinta-feira, dia 12, seis dias após o rompimento de Fundão. Ao longo da viagem de carro, na contramão da onda, testemunharam a aflição dos peixes em busca de oxigênio, nas margens cobertas de lama rubra. Era época da desova, quando a pesca fica proibida, e por isso os peixes eram tão numerosos.

Na Prefeitura de Valadares, Elesbon e seu grupo encontraram uma situação insólita. A prefeita Elisa Costa, do PT, implorava aos prantos por água. “Eu não quero dinheiro, quero água para a população”, ela repetia. A água mineral aportou em vagões de trem da Vale, cuja ferrovia corta a região – vai de Belo Horizonte até Vitória. Os moradores avançaram sobre os fardos de garrafas, alguns chegaram a estocar muito mais do que precisavam. Somente na semana seguinte, mais de quinze dias após o acidente, a situação começaria a se normalizar.

Resplendor é uma cidadezinha a duas horas de Governador Valadares, em direção à foz do rio Doce. A alguns poucos quilômetros do município, seguindo-se por uma estrada cercada de montanhas, entra-se por um caminho de terra onde uma placa quase apagada avisa tratar-se de uma reserva indígena. É a aldeia dos índios da tribo Krenak. Viviam ali desde sempre. Com o garimpo na região do rio Doce, suas terras foram invadidas e a população exterminada. Nos anos 60, os sobreviventes foram levados à força para reservas indígenas em outros estados. Fazendeiros ocuparam o lugar e o transformaram em pasto, destruindo a vegetação nativa e matando as nascentes. Com a política de demarcação de terras, os krenaks voltaram. Vieram a pé, e lá se restabeleceram.

Dejanira Krenak tem mais de 70 anos e viveu toda aquela violência. Como era uma das poucas pessoas da tribo a conhecer a língua Krenak, passou a ensiná-la aos mais jovens. No dia em que a barragem rompeu, ela estava na prainha da aldeia, banhada pelo Doce. Para o povo Krenak o rio é uma entidade sagrada, mas nem por isso deixa de ser próximo e acolhedor. “É nosso pai, é nossa mãe”, ensina Dejanira às crianças da aldeia. “Ele nos alimenta, nos dá água, nos dá a vida.” Apesar desse reconhecimento, eles mantêm uma relação ambígua com o Doce, poluindo-o com a lavagem de roupa e louças, e também assoreando seu leito com a irrigação de pequenas plantações.

Na tarde do dia 12, oito dias após o desastre, ao serem avisados por parentes de fora que o rio estava prestes a se tornar estéril, os krenaks se reuniram na praia da reserva para uma cerimônia fúnebre. Aguardaram pela chegada da onda com chocalhos nas mãos, cantando um réquiem para o *watu* – rio, na língua Krenak. A toada triste diz coisas como “rio bom, rio sagrado, rio cheio de peixes”. Quando viram a lama vermelha, abraçaram-se e choraram. O *watu* estava morto.

Depois do que presenciaram em Valadares, o prefeito Leonardo Deptulski e os pesquisadores do IFES voltaram assustados para Colatina. Sabiam que precisavam montar uma operação de emergência para evitar o que acontecera no município mineiro. Colatina tem 120 mil habitantes e é um importante polo têxtil e de serviços do estado. Deptulski instalou um gabinete de crise na sede do Departamento de Água e Esgoto. Técnicos da Samarco, dos governos estadual e federal foram convocados, assim como as Forças Armadas.

O professor Elbone, do IFES, depois da cena de mortandade de peixes a que assistira, achava que era preciso fazer alguma coisa para impedir que a matança se repetisse no Espírito Santo. Entrou em contato com o fotógrafo Edson Negrelli, um ativo ambientalista de Colatina. Decidiram montar uma operação de salvamento da fauna hídrica antes da chegada da lama, à qual deram o nome de “Arca de Noé”. Pediram apoio ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que aprovou a ideia, mas determinou que apenas as espécies nativas seriam salvas e levadas para tanques no campus do instituto. As não nativas seriam deixadas no rio – não podiam ser transportadas para lagoas próximas, pois modificariam a fauna local ao se misturarem aos demais peixes. Negrelli não concordou com o pré-requisito: para ele, todas as espécies deveriam ser salvas.

A operação foi cuidadosamente preparada. A Samarco enviou tanques de transporte com controle de oxigênio, o IFES preparou os tanques e Negrelli, que preside a associação de pesca esportiva de Colatina, convocou pescadores profissionais para ajudar no resgate. Para decepção do fotógrafo, os pescadores toparam participar, desde que fossem pagos. Após os acertos financeiros, a Arca de Noé teve início. A operação contou com o entusiasmo da população, que em pouco tempo se agrupou na beira do cais. Quem não entrava no rio assessorava a turma do resgate, providenciando café, água e comida. Durante uma semana, os voluntários trabalharam no salvamento. Centenas de espécies autóctones foram deslocadas para os tanques do IFES. E milhares de peixes não nativos foram retirados e colocados nas lagoas, ao arpejo das ordens do Ibama.

Na manhã do dia 19, quinta-feira, quatorze dias após o rompimento de Fundão, a lama chegou a Colatina. Quando a onda estava a 50 quilômetros da cidade, fechou-se a captação de água. Nas ruas já havia 180 caminhões-pipa, além daqueles de distribuição de água mineral. Cada morador podia pegar o que julgasse necessário, medida que tranquilizou a população. A onda entrou, fazendo do largo rio um vasto campo barrento. Sentado no cais, Negrelli chorou.

A crise em Colatina estava sob controle. No entanto, havia pela frente um problema e tanto: a onda se aproximava rapidamente da foz do rio, na vila de Regência, a 132 quilômetros dali. Isso significava que em breve desembocaria no oceano Atlântico. Instalou-se o pânico. Como os vários órgãos públicos trabalhavam sem uma coordenação central, ninguém sabia o que fazer. Dias antes, pesquisadores da Universidade Federal do Espírito Santo haviam sugerido que a usina hidrelétrica de Aimorés, na divisa de Minas com o Espírito Santo, fechasse as comportas para reter os resíduos e impedir sua entrada no estado. Quando a decisão foi tomada e o alerta dado, era tarde: a lama já escapara.

No dia 19, como que surpreendida pela notícia de que a lama alcançaria o litoral capixaba, a Justiça Federal do Espírito Santo deu 24 horas para que a Samarco tomasse uma atitude para impedir o avanço da onda, sob pena de ser multada em 10 milhões de reais ao dia. Para cumprir a ordem, a Samarco espalhou ao longo do rio, até a foz, boias utilizadas em acidentes com vazamento de petróleo.

Em Regência, o líder comunitário Carlos Sangália e o pessoal do Projeto Tamar retiravam os ninhos de tartarugas para transferi-los a outras áreas. As boias distribuídas pela Samarco se revelaram inúteis: os resíduos deslizavam por elas, prosseguindo em sua rota de destruição.

No dia 20, sexta-feira, a lama, após passar por Colatina, atingiu a vizinha Linhares, numa região por um lado cercada de lagoas azuis e altas montanhas, e, por outro, pelo rio Doce, cujas águas escarlate e apodrecidas destoavam da paisagem deslumbrante. Um pouco antes das 15 horas do dia 21, a lama chegou à foz do rio. Em instantes a vida no mangue foi sufocada. Exatamente às 15 horas, dezesseis dias após o rompimento da barragem, a lama desembocou no mar, arrasando a biodiversidade numa área de 40 quilômetros.



A HISTÓRIA DOS RESPONSÁVEIS

O delegado Rodrigo Bustamante, da Polícia Civil de Minas Gerais, lotado em Ouro Preto, rumou para Bento Rodrigues acompanhado do perito Otávio Guerra Terceiro assim que soube da notícia do rompimento, às 15h30 do dia 5 de novembro. Como era grande a probabilidade de o desastre ter feito vítimas fatais, eles iniciaram a investigação a partir do levantamento das causas do acidente, para poder chegar aos responsáveis. Em meados de abril eu me encontrei com Bustamante em Ouro Preto, em seu gabinete na delegacia. Ele foi direto: “O que aconteceu ali foi uma tragédia anunciada”, disse. “E aquela pequena comunidade embaixo dela nunca soube do risco que corria.”

O delegado tirou da gaveta uma cópia do inquérito da Polícia Civil e apontou para o depoimento da gerente de Geotecnia e Hidrogeologia da Samarco, Daviely Rodrigues Silva, responsável pelo monitoramento da barragem. “Veja isso”, ele falou, e pôs-se a ler em voz alta. A gerente revelou que Fundão, projetada em 2006 pela empresa Pimenta de Ávila e construída pela empresa Camter, sempre apresentou problemas de drenagem. O primeiro deles foi em 2009, quando surgiu um vazamento; em 2010, um segundo; e outro, mais sério, em 2012. Todos foram reparados.

Em 2012, a Samarco cancelou o contrato com a Pimenta de Ávila e decidiu, por conta própria, fazer uma obra na estrutura da barragem. Mudou seu eixo, encurvando-o, para que ela pudesse comportar maior volume de rejeitos, mas não comunicou a obra aos órgãos ambientais do estado, à época governado por Antonio Anastasia, do PSDB. Desde então, os problemas se intensificaram. Em 2013 houve um vazamento na metade esquerda da barragem, onde a obra fora feita. Em 2014, a água brotou na metade direita.

O maior risco para uma barragem de rejeitos é o surgimento de água em suas entranhas. Quando isso acontece, o rejeito compactado vira lama e se desmancha. Acidentes como o de Fundão já ocorreram ao redor do mundo – nunca, porém, uma barragem inteira havia se desmantelado. Segundo a Polícia Civil, isso prova que toda a estrutura estava inundada.

Para prevenir esse tipo de acidente, é obrigatória a colocação de piezômetros no interior das barragens. São medidores de água que avisam se as estruturas estão ou não em risco de liquefação. Em 2014, como os problemas de água em Fundão não cessavam, a Samarco pediu um parecer à Pimenta de Ávila.

Em depoimento à Polícia Civil, o presidente da consultoria, Joaquim Pimenta de Ávila, contou que o projeto original não previa o recuo feito em 2012, e explicou que aquela foi uma obra arriscada e tecnicamente não recomendável. Revelou ainda que fez seis inspeções na barragem em 2014, destacando uma em especial, a de 4 de setembro, quando identificou rachaduras de grande extensão, próximas ao dique onde fora construído o recuo. Na ocasião, Ávila sugeriu à Samarco que fizesse obras de reforço e aumentasse o número de piezômetros naquela área. Além disso, recomendou que diariamente se verificasse o nível de água.

Por determinação dos órgãos ambientais, as mineradoras devem apresentar anualmente um laudo comprovando a segurança de suas barragens. Cabe às companhias contratar consultorias que atestem a estabilidade. No caso da Samarco, a contratada era a VOGBR, também responsável pelo projeto de construção do recuo. Em junho de 2015, Samuel Paes Loures, técnico da VOGBR, emitiu um parecer atestando a segurança de Fundão. Ou seja, o fiscal era o próprio construtor – um conflito de interesses clássico.

Quando Bustamante perguntou a Loures se ele analisara a área onde havia sido feito o recuo, ele respondeu que não: não viu necessidade. O técnico também alegou desconhecer as recomendações da Pimenta de Ávila para aumentar o número de piezômetros naquela parte da estrutura. E ainda sustentou que tampouco fora informado da necessidade de leitura diária do nível da água naquela área. O delegado me disse não entender como a VOGBR pôde atestar a estabilidade de Fundão, dadas as inúmeras falhas na estrutura da barragem.

Os depoimentos que vieram a seguir complicaram ainda mais a Samarco. A última medição de água fora feita no dia 26 de outubro, dez dias antes do desmoronamento – a Pimenta de Ávila recomendara a leitura diária. E mais: as leituras foram manuais porque a maioria dos piezômetros automatizados, de medição mais precisa, estava com defeito. Além disso, mesmo sabendo dos problemas de drenagem, a empresa, segundo o delegado Bustamante, aumentou o volume de rejeitos lançados ali, contrariando as normas técnicas.

Por essas normas, o alteamento de barragens – jargão do setor para designar a quantidade de rejeito acumulado por ano – deve ser de, no máximo, 10 metros. Em Fundão, era de mais de 15 metros. Mesmo consciente dos problemas na estrutura, a mineradora pediu à Secretaria de Meio Ambiente de Minas Gerais – já durante o governo Fernando Pimentel, do PT – autorização para elevar a barragem de 898 metros para 920, ampliando assim sua capacidade de armazenamento. Autorização concedida.

Tanto a construção da barragem, autorizada em 2008 no governo de Aécio Neves, do PSDB, como sua elevação, com o aval do governo Pimentel, em 2015, se justificavam, segundo a Samarco, em razão do crescimento da produção. Quando começou a operar, em 1977, a empresa produzia 5 milhões de toneladas de minério. Em 2014, eram 30 milhões. A aceleração visava aproveitar a disparada no preço do minério, que chegou a 240 dólares a tonelada, no caso do minério da Samarco, de melhor qualidade.

Mas foi o depoimento do presidente da empresa, Ricardo Vescovi de Aragão, que explicitou o total descuido da direção. Vescovi de Aragão botou a culpa em seus subordinados, esquivando-se de suas atribuições. Como diretor-presidente, disse, não possuía “responsabilidade direta em relação às barragens de Fundão, Santarém e Germano”; não tinha conhecimento da obra de recuo, aprovada, em 2012, pelo gerente-geral de Projetos; não poderia informar a causa da ruptura porque isso era da alçada do diretor de Operações.

Segundo Vescovi de Aragão, ele não tinha nada a ver com aquilo tudo. Mas ainda assim garantiu que no dia do

acidente “passou suporte e confiança aos funcionários que estavam atuando com a Defesa Civil e os bombeiros”. Mentiu à polícia ao dizer que o plano de ações emergenciais fora colocado em prática, já que tal plano não existia. Ao ser indagado, Vescovi continuou batendo em sua tecla preferida: disse não possuir “qualquer responsabilidade no que competia ao plano de ações”.

Roger Lima de Moura, chefe da Delegacia de Meio Ambiente e Patrimônio Histórico da Polícia Federal de Minas Gerais, assistiu à notícia do rompimento da barragem pela tevê, em seu gabinete, em Belo Horizonte. Impressionou-se com as imagens, mas não tinha certeza se poderia atuar, já que naquele momento o acidente se limitava a rios estaduais. Na sexta-feira, dia 6 de novembro, quando a lama atingiu o Doce, um rio federal (corta dois estados), ele enviou sua equipe para investigar o crime. Em dezembro, os agentes federais grampearam conversas telefônicas de alguns funcionários da Samarco e da empresa VOGBR. Pelo que ouviram, concluíram que os executivos de ambas as empresas sabiam dos problemas da barragem, mas assumiram o risco de mantê-la funcionando.

O engenheiro da VOGBR, Samuel Paes Loures, por exemplo, em conversa com o sócio da empresa, Othávio Afonso Marchi, fez um comentário raivoso sobre Joaquim de Ávila, o dono da consultoria Pimenta de Ávila: “Ele foi o único que jogou merda no ventilador e levantou a bola para a polícia. O curso da investigação mudou por causa dele. A gente tem que sair fora dessa.” E, mais adiante, admitiu a culpa. “O Pimenta tem razão, mas ele está contribuindo com a investigação e fodendo a gente.”

No momento do desastre, a presidente Dilma Rousseff e o ministro da Integração Nacional, Gilberto Occhi, participavam da inauguração do Canal do Sertão, que levou as águas do rio São Francisco para alguns municípios de Alagoas. Souberam da tragédia no avião, na volta para Brasília. A presidente imediatamente entrou em contato com a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, e com outros integrantes do governo, mas àquela altura ninguém tinha a dimensão da tragédia. O primeiro aviso à comitiva presidencial fora dado ao ministro Occhi, por sua assessoria, em Brasília, que ligou para saber se no dia seguinte ele iria ao local do desastre. Precisavam dar uma resposta ao *Jornal Nacional*, que lhes fizera a consulta. O ministro disse que sim.

Na tarde de sexta-feira, 24 horas após o rompimento da barragem, quando o desastre repercutia em todo o mundo, a assessoria da presidente ainda tentava convencê-la a ir a Mariana prestar solidariedade. Dilma disse não. Achou que chegar lá no meio da tragédia poderia parecer oportunismo. Decidiu ficar no Planalto cobrando providências. Irritada com a demora da ministra Izabella Teixeira em lhe apresentar dados sobre o acidente, a presidente teve uma discussão com ela, por telefone, em decibéis que podiam ser ouvidos por quem passava do lado de fora de seu gabinete. “Eu quero dados confiáveis”, a presidente gritava, enquanto cobrava soluções. Do outro lado da linha, a ministra se defendia no mesmo tom de voz.

O presidente da Vale, Murilo Ferreira, sobrevoou o vale do rio Doce, que deu nome à mineradora, no sábado, dia 7, 48 horas após o acidente. Apesar dos apelos de sua assessoria para que desse alguma satisfação à sociedade, Ferreira se manteve em silêncio. Achava que era hora “de trabalhar para ajudar as vítimas, e não de falar”. Na verdade, desde o rompimento da barragem da Samarco, a Vale, que em 2000 comprara 50% da empresa – os outros 50% pertencem à anglo-australiana BHP Billiton –, tentou se descolar do desastre, escorando-se no acordo de acionistas que obrigava os controladores a não ter contato com a controlada. Como as três companhias produzem minério de ferro, justificavam que uma eventual aproximação com a Samarco significaria formação de cartel.

Na Austrália, a pressão de grupos ambientalistas forçou o presidente da BHP Billiton, Andrew Mackenzie, a se manifestar. Uma de suas maiores preocupações era evitar que o acidente arruinasse a imagem da companhia.

No domingo, dia 8, 72 horas após o rompimento de Fundão, com parte do estado em situação de emergência, o governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel, convocou uma entrevista. Escolheu a sede da Samarco para falar com os jornalistas. Movimentos sociais o acusaram de estar sendo conivente com a empresa. Durante a comunicação, disse que o governo do estado e a companhia estavam fazendo “todo o possível para mitigar os danos causados pelo desastre”. E não pegou pesado com a Samarco: “Não podemos apontar culpados sem uma perícia técnica mais apurada”, disse. O setor de mineração é um dos maiores pagadores de impostos de Minas.

Na tarde de quarta-feira, dia 11, seis dias após o desastre, os presidentes das três mineradoras convocaram uma entrevista na sede da Samarco. Ricardo Vescovi de Aragão, com o pânico estampado no rosto, sentou-se entre Ferreira e Mackenzie – que voara de Sidney a Belo Horizonte para participar da coletiva –, e os tocou nos ombros, como que sinalizando estarem juntos no problema. Ferreira e Mackenzie reagiram com espanto, não escondendo o desconforto. Vescovi de Aragão iniciou sua apresentação não com um pedido de desculpas, como seria de se esperar, mas com um agradecimento pela enorme solidariedade que a empresa estava recebendo da sociedade em razão do drama que enfrenta por causa do desastre. Encerrou prometendo fazer o possível para resolver rapidamente os problemas humanos e ambientais resultantes do acidente. Ferreira e Mackenzie se solidarizaram com as famílias dos mortos e desaparecidos, mas tampouco se desculparam.



Dilma só visitou a região afetada pelo maior desastre ambiental da história brasileira uma semana depois. Nos Estados Unidos, o presidente George W. Bush esperara dois dias para sobrevoar Nova Orleans – em agosto de 2005, o furacão Katrina devastou 80% da cidade –, atraso que derrubou seu índice de popularidade. A demora veio a ser considerada uma das mais graves omissões de responsabilidade da história da Presidência norte-americana. No dia 12, a assessoria de Dilma finalmente a convenceu a ir a Governador Valadares – àquela altura já em estado de calamidade. O Ibama, ligado à pasta do Meio Ambiente, resolvera aplicar multas no valor de 250 milhões de reais à Samarco pela destruição ambiental. Caberia a Dilma Rousseff anunciar a medida. No aeroporto de Valadares, ela fez uma reunião de emergência com os prefeitos das cidades atingidas e em seguida discursou. Foi um constrangimento. Primeiro, atrapalhou-se com o nome da empresa, que chamou de “São Marcos”. Depois, como que desconhecendo a gravidade da situação, afirmou que o rio Doce seria recuperado e ficaria “muito melhor do que era”. Por fim, anunciou a multa, da qual a empresa recorreria (e nunca pagaria). E se retirou.

Desde o dia do desastre, deu-se um jogo de empurra-empurra entre os diversos órgãos federais e estaduais, um querendo atribuir ao outro a responsabilidade pela fiscalização da barragem. O Ibama afirmava que cabia à Secretaria Estadual de Meio Ambiente de Minas Gerais. Esta, por sua vez, argumentava que seu papel se restringia ao licenciamento, empurrando a função de fiscal para o DNPM, o Departamento Nacional de Produção Mineral, vinculado ao Ministério de Minas e Energia. Acuado pelas pressões, o diretor-geral do órgão, Celso Luiz Garcia, demitiu-se.

A Constituição estabelece que “a construção, ampliação e funcionamento de atividades utilizadoras de recursos ambientais, que possam causar degradação ambiental, dependerão do licenciamento do órgão estadual e do Ibama”. No entanto, o Conselho Nacional do Meio Ambiente determinou que o licenciamento de barragens seria da competência do poder estadual. Em 2010, uma nova lei definiu que, além dos órgãos estaduais, caberia também ao DNPM fazer a fiscalização. O problema é que, embora tenha sido obrigado a assumir as atribuições, o DNPM não recebeu recursos. Minas tem hoje 500 barragens de rejeitos, 10% delas, segundo autoridades, em situação de risco. O DNPM possui quatro técnicos para fazer as vistorias.

No final de novembro, inconformada com a demora das três mineradoras em propor um plano de reparação dos danos provocados pelo desastre, Dilma Rousseff convocou uma conferência por telefone com os presidentes da Vale e da BHP. Falou duro e os ameaçou com uma ação judicial. Até então, as duas mineradoras tentavam manter distância do problema, alegando não interferir na gestão da controlada. Dilma se encontrou pessoalmente com Ricardo Vescovi de Aragão. Durante a reunião, quase não o deixou falar, interrompendo-o a todo instante. Quando a presidente saiu da sala, ele comentou: “Ela tem tantas certezas sobre mineração que poderia presidir a empresa.” Vescovi de Aragão só seria afastado da presidência da Samarco em janeiro.

A primeira vitória sobre as empresas se deu quando a Justiça creditou o desastre não só à Samarco, como à Vale e à BHP. A Vale, inclusive, como poluidora direta, pois também depositava rejeitos em Fundão, embora não tivesse comunicado o fato aos órgãos ambientais. A partir daí, as três mineradoras teriam que se haver com o estrago. No começo de dezembro, os dirigentes das companhias procuraram a presidente Dilma Rousseff em busca de entendimento.

O Ibama, então presidido pela engenheira Marilene Ramos, ficou responsável pelo comando das negociações. Após discussões com prefeitos e governadores das áreas atingidas, com entidades ambientais e as empresas, estipulou-se o valor de 20 bilhões de reais, entre indenizações e reparações, a ser pago pelas três mineradoras em vinte anos. Desse total, 2 bilhões seriam destinados às pessoas que perderam bens pessoais e tiveram seus negócios inviabilizados – empresas, hotéis, pousadas, fazendas –, e aos municípios que tiveram suas estruturas públicas destruídas. Já os 18 bilhões restantes seriam empregados em medidas reparatórias e de compensação pelo dano causado.

As reuniões na sede do Ibama, em Brasília, foram tensas. As mineradoras levavam mais advogados do que técnicos. Um dos grandes embates foi quanto à obrigação das empresas de construir redes de tratamento de esgoto nos municípios da bacia do Doce e retirar todos os lixões das margens. As companhias alegavam que não era responsabilidade delas. Numa reunião que começou às nove da manhã e varou a noite, Marilene Ramos insistiu que o tratamento de esgoto era fundamental para o rio restabelecer mais rapidamente seus processos biológicos destruídos pela lama. “Eles pareciam não entender o tamanho da destruição que tinham provocado”, Ramos comentaria, durante uma conversa em seu gabinete, em Brasília.

Os representantes do Ministério Público federal e estadual abandonaram as negociações logo de cara. O procurador federal de Minas Gerais, Eduardo Henrique Aguiar, explicou, numa conversa que tivemos no começo de abril, as razões da saída do MP – a principal delas teria sido o fato de o vazamento continuar enquanto as discussões ocorriam.

À época das negociações em Brasília, a Samarco não havia apresentado um plano de contenção da lama remanescente na barragem, o que só ocorreria no dia 13 de janeiro. No entanto, quando entrevistei o procurador Aguiar, cinco meses após o desastre, ele me disse que a empresa ainda não havia resolvido o problema. “Estamos em abril e a barragem continua vazando. Isso é inaceitável.” Apesar da reação do MP, o acordo foi homologado pela Justiça no dia 5 de maio.

No final de fevereiro, o delegado Bustamante, da Polícia Civil, apresentou o resultado de seu inquérito. Ele incriminou o presidente da Samarco, Ricardo Vescovi de Aragão, e mais cinco executivos da companhia, além do perito da VOGBR. E pediu a prisão dos sete pela morte de dezenove pessoas. No final de março, no entanto, o Superior Tribunal de Justiça suspendeu os pedidos de prisão até decidir se a competência das investigações é da Justiça estadual ou federal. Em junho, a Polícia Federal indiciou oito pessoas por danos ambientais, além da Samarco, da Vale e da BHP.

Roberto Lúcio de Carvalho substituiu Vescovi de Aragão na presidência da Samarco. Em meados de maio, tivemos uma reunião no escritório da empresa, em Belo Horizonte. Falei sobre o resultado das investigações, que apontavam para a liquefação da barragem. Ele me disse que estavam aguardando o parecer das investigações encomendadas pela Samarco a consultorias internacionais. Perguntei se a Samarco não deveria ter instalado ao menos uma sirene de alerta em Bento Rodrigues para o caso de rompimento. “A sirene não era obrigatória”, disse. “Além disso, nunca nos passou pela cabeça que a barragem pudesse romper inteira. Isso nunca aconteceu no mundo.” E acrescentou: “Depois deste acidente, o modo como olharemos as barragens vai mudar completamente. É como o acidente de Chernobyl. A indústria nuclear nunca mais foi a mesma depois dele.” Finalmente, disse estar confiante de que a companhia poderia voltar a operar em novembro, garantindo que a mineradora estaria fazendo um intenso trabalho de recuperação das áreas devastadas.

Não é bem assim. No começo de junho, sete meses após a tragédia, o Ibama montou uma operação de emergência para acompanhar o trabalho que a Samarco, com suporte da Vale e da anglo-australiana BHP Billiton, estaria fazendo nas áreas afetadas. Chamada de Augias – em alusão a um dos doze trabalhos de Hércules, a limpeza dos estábulos –, a operação é coordenada por André Sócrates de Almeida Teixeira, diretor do Ibama. Criticando as mineradoras pelo atraso nas obras, ele confessou que seu maior temor é em relação à hidrelétrica de Candonga – como ela reteve 10 milhões de metros cúbicos de sedimento, sua estrutura está sob pressão. E as obras ali estão paradas. A draga que a Samarco reservou para limpar a lama sequer iniciou os trabalhos. “Candonga está abaixo do nível de segurança e já apresenta rachaduras”, disse Sócrates de Almeida Teixeira. “Não quero imaginar o que pode acontecer se ela romper.”

Com a chegada da estação das chuvas, em outubro, os 13 milhões de metros cúbicos de rejeitos remanescentes em Fundão também correm o risco de deslizar. Segundo Sócrates de Almeida Teixeira, os diques que a Samarco ergueu para reter os resíduos estão saturados e não suportam quinze dias de chuva forte. A mineradora e suas controladoras estariam agindo de forma negligente: não fazem as obras ou as fazem de maneira incorreta.

Com a aceitação de abertura do processo de impeachment de Dilma Rousseff, o governo interino de Michel Temer nomeou Zequinha Sarney para a pasta do Meio Ambiente. Logo que assumiu o posto, o ministro esteve em Mariana e avisou que não permitiria a retomada de operações da Samarco se a empresa não vier a fazer muito mais do que foi feito até agora. Ele inclusive pretende rever o acordo que o governo Dilma fechou com as três mineradoras.

O rompimento da barragem deixou sequelas difíceis de serem sanadas. Análises da Universidade Federal do Espírito Santo revelam que a lama alterou toda a biodiversidade hídrica e marinha. Além da fauna, ela destruiu as algas e os micro-organismos (a cadeia alimentar dos peixes), e por isso é impossível prever as consequências para a vida do rio e do mar. “Será que os peixes vão se adaptar a nova dieta? Quais os efeitos da contaminação no ser humano? E as tartarugas? Voltarão a desovar ali? Podemos ter uma fuga de toda essa vida. Os resultados ainda estão por aparecer”, disse o professor Alex Cardoso Bastos, do Departamento de Oceanografia da universidade. Por causa dos altos índices de contaminação dos peixes e crustáceos, a pesca em toda a extensão do rio Doce não é recomendada e no mar de Regência está proibida.

O fotógrafo Gustavo Nolasco, nascido em Mariana, viajou para sua cidade natal assim que soube do acidente. Ao ver o desespero dos moradores de Bento Rodrigues, criou uma publicação que lhes possibilitasse externar suas dores e, dessa forma, reduzir seus traumas. Para a primeira edição do jornal, chamado *A Sirene* – instrumento só agora instalado nos povoados destruídos –, Nolasco pediu que escrevessem sobre o que eles gostariam de levar do antigo Bento Rodrigues para o novo, a ser construído pela Samarco. A lista é uma reflexão sobre o desbaratamento do fluxo da vida. Eis o que escreveram: as serenatas, a escada de pedra, o pé de esponjeira, os vizinhos, as igrejas, o banco de pedra da praça, a praça, o cemitério, o lambari frito, o “ranca” na quadra, a brincadeira na rua, as cachoeiras, a vida livre...



EPILOGO

Numa tarde de abril, encontrei Paula Alves, que hoje vive em Mariana, numa casa alugada pela Samarco. Como a maioria dos moradores de Bento Rodrigues, ela não conseguia se adaptar à cidade. Muitos enfrentam problemas de depressão e já foram registrados três casos de suicídio.

Alves não estava deprimida. Triste, sim. Trabalhava como tratadora de animais no galpão que a Samarco montou para abrigar aqueles que sobreviveram ao desastre. Continuava indo para o serviço montada em sua moto, que ela chama de Berenice. Em maio, um mês depois de nosso encontro, a empresa promoveu uma feira em que oitenta animais foram adotados. O galpão esvaziou e Alves foi demitida. Seu filho de 5 anos está em tratamento psicológico.

Eliene dos Santos, a diretora, conseguiu uma escola para receber os alunos de Bento. Ela, que viveu a vida toda no povoado, hoje mora num apartamento em Mariana, com o marido e o filho. Perguntei qual sua expectativa em relação à nova Bento Rodrigues. Ela não pareceu animada: a casa que a Samarco lhe entregará não vai ter a mesma história da anterior, que construiu com o marido. “Não terá a janela, o piso que escolhemos com tanto cuidado.” E completou: “Eu gostaria que a minha vida estivesse do jeito que era até 5 de novembro. Não há indenização que pague a mudança de rumo da minha história.”

Nos últimos tempos, os antigos moradores de Bento vêm sendo vítimas de preconceito. “Somos como refugiados. Alvos de pena e de ódio”, disse Santos. Em razão da paralisação da Samarco, que afeta a economia local e aumenta o desemprego, muitos cidadãos de Mariana atribuem a crise aos recém-chegados. O prefeito Duarte Júnior admite a existência do preconceito, sobretudo porque os desalojados recebem da Samarco cartão de alimentação e uma bolsa em dinheiro. Já os desempregados, esses têm que se virar sozinhos. Duarte Júnior, que assumiu a prefeitura em junho de 2015, após o titular ter sido cassado por corrupção, disse que sem a arrecadação da Samarco as contas do município não fecham.

Numa manhã de abril, no Centro de Convenções de Mariana, o agricultor Reinaldo Caetano, junto com duas centenas de moradores, esperava pelo cheque que a prefeitura distribuía às vítimas da catástrofe. O dinheiro provinha de doações de várias partes do Brasil. Caetano brincava com seu filho Iago num canto do salão, aguardando a vez. Contou que havia se separado da mulher, Jessica, depois que se mudaram para a cidade. “Ela voltou a se drogar. Vi quando ela chegou em casa toda mijada”, falou com naturalidade. Ele mesmo não anda bem, admitiu. Não consegue dormir à noite. Sente uma “aflição sem fim”. Passa a madrugada no ponto de táxi, conversando com os taxistas.

Por questões de segurança, o acesso a Bento Rodrigues agora é restrito. Saqueadores entravam no povoado para roubar o que ainda podia ser aproveitado. Telhas, esquadrias. Em Paracatu de Baixo, as casas continuam soterradas. E seus restos também foram roubados.

A estudante Sandra Carvalho contou que sua família foi informada da morte do pai no dia 24 de novembro. Encontraram o corpo de Daniel Altamiro de Carvalho destruído no meio da barragem. Carvalho, que por 25 anos trabalhara na Vale e fora demitido por causa da crise no setor de mineração, ficara feliz por ter conseguido emprego na Integral, em agosto. Menos de três meses depois estava morto. Em janeiro, seus familiares passariam por uma experiência tétrica: foram-lhes entregues alguns pedaços remanescentes do corpo, para os quais deveriam providenciar sepultura.

Os corpos dos outros treze trabalhadores também foram retirados dos rejeitos, quase todos desmembrados. São eles, pela ordem em que surgiram: Waldemir Aparecido Leandro, Samuel Vieira Albino, Sileno Narkievicius de Lima, Marcos Roberto Xavier, Edinaldo Oliveira de Assis, Marcos Aurélio Pereira de Moura, Claudemir Elias dos Santos, Pedro Paulino Lopes, Mateus Márcio Fernandes, Vando Maurílio dos Santos, Cláudio Fiuza da Silva, Aílton Martins dos Santos e Edmirson José Pessoa.

Em Valadares, Sandro Heringer me levou até a beira do rio. Desde o acidente o remador se envolveu num movimento para não deixar a tragédia ambiental passar incólume. Na vila de pescadores, perto do rio, mosquitos atacavam quem se aproximava das margens. Vieram com a lama. Grande parte dos moradores vive agora dos cartões de auxílio da Samarco. Ocorreu a multiplicação não de pães e peixes, mas de pescadores, que proliferaram com a notícia de que a categoria seria indenizada. Muitos dos que recebem o cartão nunca pegaram num anzol, disse

Heringer. Valadares também sofre com um surto de dengue. Temendo a falta de água, os moradores exageraram no armazenamento. Hoje, caixas d'águas, tanques, tonéis viraram focos do mosquito.

No SAAE, o químico Pacini explicou que, devido ao período de seca, a lama grossa decantara e a limpeza das máquinas deve ser feita mais amiúde. Dias depois da conversa, seus dois superiores, o diretor-geral do SAAE, Omir Quintino Soares, e o adjunto, Vilmar Dias Júnior, foram presos pela Polícia Federal durante a Operação Mar de Lama, que investiga desvios da verba federal enviada em 2013 para socorrer vítimas da enchente de Valadares. São acusados de ter embolsado o dinheiro das obras de recuperação da cidade.

Em Colatina, o fotógrafo Negrelli continua tentando chamar a atenção para a destruição ambiental. Sua mágoa com os pescadores não passou: não fala mais com eles. Tem feito campanha para que a Samarco, a Vale e a BHP sejam pressionadas a agir com mais rapidez.

Em Regência, o líder comunitário Carlos Sangália me acompanhou até a praia. O mar continua uma imensa mancha vermelha. No caminho para a vila, ele mostrou as pousadas fechadas. "Olha isso. Acabou tudo. Sequer sabemos o que vai acontecer com as tartarugas."

Em Resplendor, dois líderes comunitários da reserva da tribo Krenak, Giovani e Itamar Krenak, falaram das consequências do acidente para seu povo. "Não podemos mais plantar porque não temos água para irrigar. Não podemos fazer nossos rituais no rio e nossas crianças não podem nadar. Já viu índio sem saber nadar?", reclamou Giovani. "A pior coisa que podia acontecer foi essa discussão do impeachment. Ninguém mais quer saber do rio Doce."

Dejanira Krenak, a anciã da aldeia, sugeriu que eu espiasse o rio. "É um silêncio só. Não tem mais vida ali. Nem mais um peixe brincando na água", disse. Um caminhão-pipa cortou a aldeia. O motorista acenou. Quando o veículo parou, as crianças correram para tomar banho de mangueira.

—

[1] A primeira parte desta reportagem foi inspirada por *Hiroshima*, de John Hersey.

CONSUELO DIEGUEZ

Consuelo Dieguez, repórter de **piauí** desde 2007, é autora da coletânea de perfis *Bilhões e Lágrimas*, da Companhia das Letras



RANKING

reportagens

1. questões alimentares
CONSPIRAÇÃO AMARGA

IAN LESLIE

2. vultos dos negócios
O ESTOURO DA BOIADA

CONSUELO DIEGUEZ

3. tipos acadêmicos
O NEOERUDITO ALEGÓRICO

RENATO TERRA

4. questões americanas
TRUMP E OS LIMITES DA DEMOCRACIA

ANDREW SULLIVAN

5. questões de método
NOTAS BREVES SOBRE A ARTE E O MODO DE ARRUMAR OS LIVROS

GEORGES PEREC

blogs

1. lupa
CTRL+X: DILMA, AÉCIO, MARINA E AS 30 AÇÕES PARA TIRAR CONTEÚDO DA WEB

2. questões da política

VALE QUER REVER SOCIEDADE COM BHP

3. questões da política

A ORIGEM DA RELAÇÃO ENTRE LÚCIO FUNARO E EDUARDO CUNHA

4. questões da política

EMPRESÁRIO QUE FEZ 'FAMA' IRONIZANDO PETISTA APARECE 18 VEZES EM DELAÇÃO DA FAMÍLIA MACHADO

5. lupa

DAS 24 MILHÕES DE ÁRVORES PROMETIDAS AO COI, RIO PLANTOU CERCA DE 9 MILHÕES